

## APRESENTAÇÃO

Tratar de questões de linguagem a partir da investigação da forma como os sentidos são produzidos e dos modos como estes produzem efeitos através da materialidade da língua, inscrita na ordem da história, implica pensar sobre as condições de funcionamento das relações entre linguagem e sociedade em sua diversidade e em suas contradições. Implica, sobretudo, investigar sob que condições os aspectos semânticos, enunciativos e discursivos articulam-se a uma determinada exterioridade, constituindo um todo, que vem a configurar o trabalho da linguagem.

Não se trata, portanto, de investigar, sob esta perspectiva, o funcionamento da linguagem sob uma ótica homogênea, mas de apreender as condições que a tornam heteróclita, multifacetada, não transparente e sujeita à incompletude. Trata-se, pois, de investigar as condições reais, representadas de modos distintos para as diferentes classes e grupos sociais, em que ela opera produzindo determinados efeitos que podem não ser os mesmos diante das contingências.

É a partir de uma perspectiva que toma a língua como base e que, ao mesmo tempo, a inscreve na complexidade do discurso, para além dos limiares de questões estruturais, que os estudos apresentados neste número intitulado *Linguagem e Sentido* apresentam determinados temas cujo alcance social torna-se objeto de nossa reflexão. Tal perspectiva, por outro lado, nos remete para zonas de tensão entre a rigidez da estrutura e a fluidez com a qual a língua passa a ser caracterizada nos limites do funcionamento discursivo.

O presente número do periódico *Fragmentum* está composto pelos artigos que seguem.

“Construções imaginárias de/entre sujeitos pelos campos e pelas serras do Rio Grande, de São Pedro”, de Verli Petri e Viviane Biacchi Brust, busca investigar, notadamente, a partir da noção de formação imaginária, sob a ótica de Michel Pêcheux, os modos de constituição de subjetividade do sujeito gaúcho e do imigrante italiano, no Rio Grande do Sul, enquanto processos de identificação e de alteridade, com base em obras literárias produzidas em torno da realidade sul-riograndense.

“A polícia manda, mas a polícia manda paralelo com as presas’: o funcionamento da instituição penal enquanto Aparelho Repressor de Estado”, de Luciana Iost Vinhas, tem como objetivo refletir sobre a relação entre superestrutura e infraestrutura, a partir de pressupostos filosóficos e discursivos materialistas que se ancoram nas teorias althusseriana e

pecheuxtiana. A autora toma como objeto empírico, para este estudo, a instituição prisional, investigando as condições de produção da **Cartilha da Mulher Encarcerada**.

Em “Nem autor, nem somente função-autor: também sujeito-idealizador”, Daiane Siveris e Ana Zandwais refletem em torno da tomada de posição do lexicógrafo, produtor do dicionário Caldas-Aulete, enquanto uma posição assumida, não simplesmente a de função-autor, de acordo com a acepção foucaultiana, mas também uma posição que vem a caracterizar uma função enunciativa construída a partir de determinados imaginários que configuram o modo de constituição desse dicionário.

O artigo “A constituição da subjetividade através da inscrição na escrita digital”, de Ângela Maria Plath da Costa e Raquel Ribeiro Moreira, reflete em torno do ensino da leitura e da escrita em ambiente digital, buscando caracterizar os modos através dos quais o sujeito se insere nos processos de virtualização. Ao tentar caracterizar uma nova modalidade de subjetivação, as autoras analisam como determinados sentidos são delineados juntamente com as práticas, buscando compreender, ao mesmo tempo, sob que aspectos a utilização da escrita digital pode promover um processo de inclusão na escola pública.

“Sentido e Hipertexto”, de Tânia Aiub, investiga como a escrita do hipertexto, tomado em sua historicidade, como efeito do acontecimento, é orientada por lógicas de caráter contraditório. Analisando hiperlinks ou ‘nós’, os quais apontam para caminhos de navegação na rede, Tânia Aiub reflete sobre como o hipertexto possibilita sua composição enquanto unidade a partir de um campo de variantes dispersas. É com base em tais relações que a autora delinea o espaço dos sentidos no hipertexto.

O artigo intitulado “O funcionamento das noções de ‘língua fluida’ e ‘língua imaginária’: o caso de uma gramática normativa”, de Márcia Ione Surdi e Mary Neiva Surdi da Luz, analisa o modo como as noções de língua fluida e língua imaginária, propostas por Eni Orlandi, podem ser compreendidas no texto introdutório da **Gramática Normativa de Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima (1972). As autoras buscam investigar como Rocha Lima constrói um imaginário de língua a partir das definições e relações colocadas em jogo em sua gramática.

Em “A exterioridade constituinte do discurso: uma leitura da Constituição Federal de 1988 e suas relações com a Constituição Federal de 1969”, Mariana Jantsch de Souza e Ercília Ana Cazarin tratam da possibilidade de ressonâncias interdiscursivas entre duas constituições produzidas em momentos históricos distintos, no país, com base em uma

análise das condições históricas de produção desses documentos, visando a caracterizar a presença do discurso parafrástico.

Por fim, queremos expressar nossos agradecimentos a todos os que colaboraram para a elaboração deste número e, em especial, à Profa. Dr. Verli Petri e à Profa. Dr. Amanda E. Scherer, pela parceria de sempre e pela oportunidade de organizar esta publicação.

*Ana Zandwais*  
(UFRGS)